ID: 38	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 17	ESG
Data: 06.05.2021		País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: semanal	Cor: preto e branco	

MOVIMENTO PELA AUTONOMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE IDANHA-A-NOVA

Parlamento recomenda manutenção de autonomia e sede

SUPERIOR Depois das vozes locais e dos partidos, é agora a Assembleia da República que recomenda ao Governo que mantenha a sede e autonomia da Esgin em Idanha.

Lídia Barata
lidia.barata@reconquista.pt

A Assembleia da República recomendou ao Governo que garanta a autonomia administrativa, pedagógica e científica, o projeto educativo e a sede de uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Idanha-a-Nova.

Esta recomendação resulta do texto final do projeto de resolução aprovado a 29 de abril, pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, onde baixaram todos os projetos de resolução aprovados, apresentados pelos diversos partidos (BE, PCP, CDS-PP, PSD, PEV e PS), na sequência da petição pública que o Movimento pela Autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova fez chegar àquele órgão de soberania.

A petição n.º 40/XIV/1.ª, intitulada "Pela autonomia e sede - A ESGIN sempre nossa", foi a alavanca para que os diversos partidos com assento parlamentar despertassem para esta causa que, segundo os seus defensores, coloca em risco não só o fim definitivo de um estabelecimento de ensino superior em Idanha-a-Nova, como a própria coesão territorial, além da estrutura social e económica do próprio concelho.

Assim, de acordo com a informação veiculada pelo Movimento, a Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo "que promova uma solução que salvaguarde a autonomia e o projeto educativo da Escola Superior de Gestão da Idanha-a-Nova e o reequilíbrio financeiro do Instituto Politécnico de Castelo Branco".

Nos pontos apresentados, o parlamento recomenda ao Governo que "articule com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, no âmbito do seu plano de reorganização, uma solução que garanta: a autonomia administrativa, pedagógica e científica, o projeto educativo e a sede de uma unidade orgânica em Idanha-a-Nova; a manutenção da oferta formativa atualmente existente em Castelo Branco e em Idanha-a-Nova; e a existência em cada um destes concelhos de estruturas permanentes vocacionadas para o apoio técnico e administrativo às atividades do Instituto e das unidades orgânicas aí localizadas, incluindo ao funcionamento dos respetivos órgãos de gestão". E ainda que o Governo "adote as medidas necessárias para assegurar o reequilíbrio financeiro estrutural do Instituto Politécnico de Castelo Branco, através do seu adequado financiamento".

Perante este cenário e estas recomendações, "o Governo não pode ficar indiferente e abstrair-se de responsabilidades. A nossa luta continuará!", assegura o Movimento pela Autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova.

Recorde-se que esta luta se iniciou com o processo de reestruturação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, que prevê, entre outos pormenores, a redução de seis para quatro unidades orgânicas, podendo uma dessas novas estruturas ficar com presença em Idanha-a-Nova, mas sem sede e sem autonomia administrativa, pedagógica e científica.

O município de Idanha-a-Nova também manifestou a sua satisfação com a decisão do Parlamento. "O documento aprovado defende, muito claramente, uma solução "que garanta a autonomia administrativa, pedagógica e científica, o projeto educativo e a sede de uma unidade orgânica em Idanha-a-Nova", afirma em comunicado, afirmando que "merece o maior reconhecimento deste município e de todos idanhenses a forma como o Movimento pela Autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova tem lutado" por esta causa.